



Senado deve concluir amanhã a votação da PEC Paralela

Plenário vai analisar quatro destaques de partidos que alteram o texto principal, já aprovado em primeiro turno. A votação em segundo turno deverá ocorrer no mesmo dia

Marcos Oliveira/Agência Senado — 9/10/2019



Senadores aprovaram o texto principal da PEC Paralela da reforma da Previdência na quarta-feira, com 56 votos a favor e 11 contra, em primeiro turno

A votação da PEC Paralela da Previdência no Plenário do Senado deve ser concluída amanhã. Os senadores podem votar quatro destaques solicitados por bancadas partidárias que visam alterar o texto-base da proposta, já aprovado em primeiro turno. A expectativa é que a PEC seja votada em segundo turno no mesmo dia e possa ser enviada à Câmara dos Deputados. Os destaques tratam de aposentadoria por invalidez, regras de transição, abono permanência para servidores e idade mínima para aposentadoria especial. Hoje a sessão do Plenário que foi suspensa na quarta-feira será retomada às 17h. Não haverá sessão na quarta e na quinta-feira, em razão do encontro da cúpula do Brics no Itamaraty, que fechará a Esplanada dos Ministérios. **3**

Jane de Araújo/Agência Senado — 9/10/2019



Anúncio foi feito pela presidente da CCJ, Simone

Prisão em 2ª instância vai ser discutida em colegiado

A presidente da CCJ, Simone Tebet, anunciou na sexta-feira a inclusão da PEC que altera a legislação sobre a prisão em 2ª instância na próxima reunião da comissão. **4**

Divulgados nomes dos agraciados em três comendas

Entre os nomes que serão premiados com as Comendas Zilda Arns, Dorina Nowill e Dom Hélder, estão a ministra Damares Alves, a enfermeira Evanguelia Kotzias e a médica Izabel Maior. **2**

Decisão do Supremo gera divergência entre senadores

Decisão do STF de acabar com a prisão após condenação em segunda instância foi comemorada por alguns senadores. Outros consideraram que a medida pode favorecer a impunidade. **4**

Proposta estabelece gatilho para corte de despesas

A PEC Emergencial, que faz parte do Plano Mais Brasil, pacote de propostas do governo para cortar gastos e garantir equilíbrio fiscal, prevê uma série de medidas que o gestor deverá adotar

sempre que a despesa corrente superar 95% da receita corrente. Entre elas, está a redução da jornada do serviço público, com diminuição de vencimentos. **2**



Leopoldo Silva/Agência Senado

O objetivo da proposta é viabilizar ajuste fiscal com a contenção das despesas obrigatórias dos três níveis de governo

Sancionada lei que garante repasses do pré-sal **3**

PEC Paralela será debatida hoje em comissão **3**

Senado lança Falas do Trono na Feira de Porto Alegre **2**



Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

PUSH DE NOTÍCIAS

Avisos sobre as principais decisões da Casa em tempo real

NOTÍCIAS VIA WHATSAPP

Um resumo diário direto da fonte para você

PODCASTS DA RÁDIO SENADO

Podcasts para você ouvir quando quiser, onde estiver

TV SENADO PLAY

Encontre facilmente todo o conteúdo da TV Senado

APLICATIVO VISITE O CONGRESSO NACIONAL

Mais uma forma de você conhecer o Senado

Acesse senado.leg.br/noticias



PEC Emergencial define gatilho para corte de gastos

Pelo texto, sempre que a despesa superar 95% da receita, uma série de medidas ficará disponível para o gestor, entre elas a redução da jornada do servidor público com corte do salário em até 25%

REDUÇÃO DA JORNADA do serviço público com redução de vencimentos, suspensão de promoções, vedação de novas despesas obrigatórias e proibição de concursos. Essas são algumas das medidas da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, chamada pelo governo de PEC Emergencial. A proposta faz parte do Plano Mais Brasil, pacote de medidas do governo para cortar gastos e garantir equilíbrio fiscal, com o objetivo de recolocar o país na rota do crescimento econômico.

O principal objetivo da PEC é a contenção das despesas obrigatórias para todos os níveis de governo, de forma a viabilizar o gradual ajuste fiscal. Pelo texto, sempre que a despesa



Bezerra e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em reunião sobre as PECs

corrente superar 95% da receita corrente, sinalizando que o espaço de receitas mais regulares para financiamento da máquina está reduzido, uma série de medidas ficará disponível para o gestor. Esse “gatilho” valerá para estados, Distrito Fede-

ral e municípios. Para a União, as medidas automáticas virão diante da quebra da regra de ouro. Se o governador ou prefeito não adotarem essas medidas, terá que abrir mão de receber garantias da União para operações de crédito.

O governo argumenta que a PEC tem potencial de acelerar o crescimento econômico, pois permitirá que a administração pública corte gastos obrigatórios e aplique mais recursos em investimentos. A proposta está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sob relatoria de Orlan do Guimarães (Podemos-PR). Segundo o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), se aprovada até o fim deste ano, a PEC Emergencial pode elevar a previsão de investimento público de R\$ 19 bilhões para R\$ 26 bilhões em 2020. Ainda de acordo com a equipe econômica, em dez anos, esse número pode chegar a R\$ 50 bilhões.

— Vamos trabalhar para a PEC Emergencial ser aprovada na Câmara e no Senado ainda este ano — afirmou o líder do governo.

A PEC está estruturada em dois blocos: as medidas permanentes e as medidas temporárias, todas elas visando ao ajuste das contas públicas.

PEC Emergencial

Potencial de economia
O governo espera aprovar a PEC Emergencial ainda este ano, para tentar reverter, com urgência, a crise fiscal na União e nos governos locais. Caso aprovada, a PEC destravará até R\$ 50 bilhões em 10 anos, recursos que poderão ser aplicados em projetos do governo
Gatilhos
Gatilhos para a adoção das medidas emergenciais de contenção de gasto: ➤ Descumprimento da regra de ouro pelo governo federal ➤ A relação entre despesas correntes e receitas correntes superar 95%, no caso de estados, DF e municípios
Medidas emergenciais
• Suspensão de concursos públicos, vedação de aumentos ou progressão na carreira • Proibição de criação de despesas obrigatórias ou concessão de benefício de natureza tributária, entre outras • Suspensão da transferência de recursos do PIS/Pasep para o BNDES • Redução da jornada dos servidores com redução de salário (em até 25%)
Investimento
25% da economia com a PEC Emergencial será investida em projetos de infraestrutura, tanto na União quanto nos estados e municípios
Medidas em comum com a PEC do Pacto Federativo (PEC 188/2019)
• Autorização para descumprimento da regra de ouro junto com a votação do Orçamento • Inclusão de gastos com pensionistas no limite de despesas com pessoal • Lei complementar para definir parâmetros de endividamento • Reavaliação dos benefícios fiscais, no máximo, a cada 4 anos, com teto de 2% do PIB em 2026 • Uso do excesso de arrecadação e do superávit financeiro para abater dívida pública

Lançadas as Falas do Trono na Feira de Porto Alegre

O Brasil não conhece sua história e muitas vezes parece que não quer conhecer. A afirmação é do jornalista e escritor Eduardo Bueno, que, na sexta-feira, participou do lançamento do volume *Falas do Trono*, na 65ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Bueno elogiou a publicação pelo Senado de livros de resgate da memória nacional.

— É um trabalho fundamental, que dá acesso público a obras importantes, a preços muito baixos — disse.

O escritor é membro do Conselho Editorial do Senado,

que é presidido pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e reúne servidores e pessoas da sociedade. O órgão garante a publicação de obras de valor histórico, especialmente as que não são oferecidas pelas editoras comerciais.

Falas do Trono é a reunião de manifestações dos imperadores Pedro I e Pedro II e da princesa Isabel, feitas nas aberturas dos trabalhos legislativos entre os anos de 1823 e 1889. A obra dá uma noção do pensamento político do país durante as diversas crises do Império.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, citou outras obras lançadas pelo conselho, como as que fazem parte da Coleção Escritoras do Brasil. Na sexta-feira, ela também participou da doação de livros em braile para entidades que atendem deficientes visuais. As obras são impressas na Gráfica do Senado, única instituição pública do país que produz material nesse tipo de linguagem, acessível a cegos.

— Educação e inclusão são também função do Senado, que representa todo brasileiro — afirmou Ilana.

Telmário critica medidas do governo no estado de Roraima

Telmário Mota (Pros-RR) criticou as ações desenvolvidas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro em Roraima. Ele censurou a instalação do Exército dentro dos garimpos e também o que chamou de excessos do Ibama e da Polícia Federal. Outro problema, de acordo com o senador, foi a briga com a Venezuela, que resultou no fechamento da fronteira entre os dois países.

— É da Venezuela que vêm o calcário, a energia, o ferro, e é para lá que vão 86% de as exportações de Roraima.



Gerardo Magela/Agência Senado

Mecias defende MP sobre transferência de terras para Roraima

Mecias de Jesus (Repúblicanos-RR) defendeu a medida que altera a lei que transfere terras que pertencem à União a Roraima e Amapá (MP 901/2019). Segundo o senador, sem a efetivação da transferência, Roraima não pode emitir títulos definitivos, não pode autorizar os cartórios a registrar as terras, nem pode declarar o produtor como proprietário legítimo da área.

— Sem isso, fica também o nosso produtor impedido de ir ao banco buscar recurso maior para investir, de usar sua terra como garantia.



Gerardo Magela/Agência Senado

Comendas Zilda Arns, Dorina Nowill e Dom Hélder tem nomes

O Senado definiu na sexta-feira os nomes dos indicados para receber premiações entregues pela instituição.

Uma delas é a Comenda Zilda Arns, criada para agradecer pessoas ou instituições que desenvolvam ações de proteção à criança. Este ano, vão receber o prêmio, entre outros, Evangúelia Kotzias, Tania Garib, Irmão Miguel, Alice Kuerten, a Catedral de Campina Grande e o Hospital Pequeno Príncipe.

O Senado também premia anualmente, com a Comenda Dorina Nowill, personalida-

des que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. Os indicados para esta edição são, entre outros, Ulisses Araújo, Izabel Maior, a Associação Brasileira Beneficente e o Hospital Santa Marcelina de Porto Velho.

Já a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara é entregue a quem contribuiu com a defesa dos direitos humanos. A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, é uma das sete indicadas.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA
TERÇA

- CDH PEC Paralela da Previdência**
9h Audiência para debater Previdência e Trabalho, com foco na PEC Paralela.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
17h Continuação de votação da PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019).
- CDH Educação legislativa**
9h Debate sobre a criação do Dia Nacional da Educação Legislativa.
- CI Exploração do petróleo do pré-sal**
9h Audiência pública para discutir o PL 3.178/2019, que muda as regras de exploração do petróleo do pré-sal. Depois, análise de pauta de 15 itens.
- CMCVM Oficiais de Justiça**
9h Audiência para debater riscos da atuação das oficiais de Justiça.
- CAE/CRA Terras para estrangeiros**
10h Reunião para análise do PL 2.963/2019, que libera compra de terras por estrangeiros. Depois a CAE analisa 14 itens, entre eles, o PLS 261/2015, que restringe os financiamentos do BNDES no exterior.

- SESSÃO SOLENE Nova Previdência**
10h Promulgação da Emenda Constitucional 103/2019, que altera o sistema de Previdência Social.
- CE Salário-educação**
11h Entre os 13 itens da pauta, o PL 5.695/2019, que transfere a cota da União do salário-educação para estados e municípios.
- CRE Base maranhense**
11h O PDL 523/2019, que aprova acordo com os Estados Unidos para uso do Centro de Lançamento de Alcântara (MA), é um dos 4 itens da pauta.
- MP 897/2019 Fundo de Aval Fraterno**
14h Audiência com a participação, entre outros, do subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia e de representantes do Banco Central, do Banco do Brasil, do BNDES e da Organização das Cooperativas do Brasil.
- MP 892/2019 Papéis de S.A. via web**
14h30 Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



Valdimir Borreto/Agência Senado – 6/11/2019

RESULTADO	DESCRIÇÃO	ORIENTAÇÃO DAS LIDERANÇAS			
SIM 56 NÃO 11 ABSTENÇÃO 0 PRESIDENTE 1 QUORUM 68 Votação Aberta	Permite que os Estados, o DF e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança em situação de pobreza; dá outras providências.	MDB	SIM	PSB	LIVRE
		Podemos	SIM	PSC	SIM
		PSD	SIM	Republica	SIM
		PSDB	SIM	Minoria	
		DEM	SIM	Governo	SIM
		PROGRES			
		PT	NÃO		
		PDT	NÃO		
		Cidadania	SIM		
		REDE	LIVRE		
		PROS	LIVRE		
		PSL	SIM		
		PL	SIM		

Senadores votam amanhã destaques à PEC Paralela, cujo texto-base foi aprovado na quarta-feira em Plenário

Plenário deve terminar de votar PEC Paralela amanhã

A sessão do Plenário que foi suspensa na quarta-feira será retomada hoje às 17h, para votação de projetos que contam com o apoio de todos os partidos. Não haverá sessão na quarta nem na quinta

OS SENADORES DEVEM concluir amanhã a votação da PEC Paralela da Previdência. A partir das 14h, eles podem votar quatro destaques solicitados por bancadas partidárias que visam alterar o texto-base da PEC 133/2019, já aprovado em primeiro turno. A expectativa é que a proposta seja votada em segundo turno no mesmo dia. Assim, a PEC estaria pronta para envio à Câmara dos Deputados.

Hoje a sessão do Plenário que foi suspensa na quarta-feira será retomada às 17h. Normalmente, as sessões das segundas-feiras são não deliberativas, mas, por acordo entre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e as lideranças partidárias, na sessão de hoje haverá votação de projetos que contam com o apoio de todos os partidos.

Não haverá sessão na quarta e na quinta-feiras, em razão do encontro da cúpula do Brics no Itamaraty — quando, por questão de segurança, a Esplanada dos Ministérios terá acesso restrito.

O texto-base da PEC Paralela foi aprovado no dia 6, com 56 votos a favor e 11 contra, em

primeiro turno no Plenário do Senado. O texto do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), altera pontos da reforma da Previdência (PEC 6/2019) que foi aprovada pelo Senado em outubro e será promulgada em sessão solene do Congresso também amanhã, às 10h.

Destaques

A principal mudança da PEC Paralela é a inclusão de estados e municípios no novo sistema de aposentadorias. Eles poderão adotar integralmente as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da Previdência Social para os servidores públicos civis da União por meio de lei ordinária.

O texto também prevê regras diferenciadas para servidores da área de segurança pública e traz a possibilidade de criação do benefício universal infantil, aprofundando a seguridade social da criança, o que estava previsto na proposta inicial da reforma da Previdência. O benefício, que deverá ser criado posteriormente por lei, concentrará recursos nas famílias mais pobres e na primeira infância.

Ficaram pendentes de vo-

tação quatro destaques de bancadas partidárias que propõem alterações no texto principal. O destaque do PT visa assegurar, no caso de aposentadoria por invalidez permanente, o valor de 100% da média de contribuições do segurado. A PEC 6/2019 garante o valor integral apenas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

A Rede apresentou destaque para incluir na reforma da Previdência regras de transição para o cálculo de benefícios de aposentadoria. O destaque do PSDB tem objetivo de garantir o abono permanência para os servidores públicos que já tenham esse direito incorporado antes da promulgação da PEC 6/2019.

Já o Pros apresentou destaque para suprimir da reforma da Previdência a idade mínima para fins de aposentadoria especial decorrente do exercício de atividade com efetiva exposição a agentes nocivos à saúde (como mineiros e operadores de raios-x).

Segurança

Hoje, um dos projetos que consta da pauta é o que autoriza a transferência do dinheiro arrecadado com a venda de veículos apreendidos em leilões também às secretarias estaduais de Segurança Pública (PLC 44/2018). Outro projeto cria a Semana Nacional do Uso Consciente da Água (PLC 40/2017), a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 22 de março, Dia Mundial da Água.

Também hoje terá início a tramitação em Plenário da PEC 46/2019, que endurece as regras para o preenchimento de funções de confiança e cargos em comissão no serviço público. Já a PEC 48/2017 vai cumprir sua terceira sessão de discussão em primeiro turno. Segundo a proposta, da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), será em dias úteis a contagem do prazo para sanção tácita de projetos de lei.

Lei garante repasses do pré-sal para estados e municípios em 2019

Passado o leilão do pré-sal, o presidente Jair Bolsonaro sancionou na quinta-feira a Lei 13.897, de 2019, que prorroga de 15 de outubro para 14 de novembro o prazo para envio de propostas de alteração do Orçamento. A medida, aprovada pelo Congresso em outubro na forma do PLN 27/2019, garante a possibilidade de repasse dos recursos dos leilões de petróleo para estados e municípios ainda em 2019, conforme rateio já aprovado. A norma altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (LDO).

No leilão do dia 6, o governo esperava arrecadar R\$ 106,5 bilhões. Nesse cenário, os estados dividiriam R\$ 10,8 bilhões, assim como os municípios. Mas, como apenas dois dos quatro blocos oferecidos

foram arrematados, o bônus de assinatura alcançou R\$ 69,96 bilhões. Assim, os estados vão dividir R\$ 5,3 bilhões e uma fatia equivalente vai para os municípios. A União fica com R\$ 23,7 bilhões.

O presidente vetou adendo incluído pelo relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que autorizava a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a dar continuidade a instrumentos de repasses de projetos de saneamento celebrados até 2018, com certas condições.

Na justificativa do veto parcial, o governo alega que “se trata de disposição casuística sobre atos administrativos celebrados anteriormente à vigência da LDO que se pretende alterar, o que é conflitante com a sua natureza e transitoriedade”.



Tônio Régio/Abi

Depois do leilão do pré-sal, estados vão dividir R\$ 5,3 bilhões

Comissão debate preferência da Petrobras nos leilões do pré-sal

A Comissão de Infraestrutura (CI) realiza audiência pública amanhã para debater o PL 3.178/2019, que modifica a legislação sobre os leilões de campos petrolíferos do pré-sal. A audiência foi solicitada por Jean Paul Prates (PT-RN), que quer ouvir a opinião de representantes da Petrobras, do governo, de institutos de pesquisa e de sindicatos.

— O projeto do senador José Serra elimina a cláusula de opção preferencial de que a Petrobras dispõe

atualmente. A empresa tem um privilégio por ser a descobridora do pré-sal brasileiro em benefício do país. Quero ver a opinião dos diretores da Petrobras e de todos os envolvidos sobre a proposta. Como ficam os acionistas que apostam na rentabilidade da empresa? Como fica a empresa? Como fica o país? — questiona o senador.

O projeto tem como relator Rodrigo Pacheco (DEM-MG), que já se declarou favorável à iniciativa.

Frente para transparência dos gastos públicos será lançada

A Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos vai promover, no dia 20, sessão especial, no Plenário do Senado, para o lançamento do colegiado. A finalidade da frente, que tem 20 membros, é debater a transparência dos gastos públicos e a cultura do monitoramento desses gastos nas três esferas da Federação (União, estados e municípios).

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) foi escolhida

para presidir a frente, que foi instalada no dia 23 de outubro. Para ela, a criação do colegiado é importante para que o Senado exerça sua função fiscalizadora, que muitas vezes é deixada de lado.

Soraya afirmou ainda que é preciso combater a corrupção, construindo uma governança responsável e transparente.

— Precisamos unir pessoas e fortalecer as ações de combate à corrupção.

Proposta será discutida hoje em debate sobre Previdência e trabalho

Previdência e trabalho, com foco na PEC Paralela, será tema de debate hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência pública, solicitada pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), será realizada às 9h.

Foram convidados para o debate o presidente da sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS), José Pinto da Mota Filho; a advogada, coordenadora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) na Região Nordeste, Rafaela Cosme; o juiz federal, pro-

fessor e membro da Turma Nacional de Uniformização (TNU), Fábio Souza; o presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Décio Bruno Lopes; e o advogado, professor e especialista em direito previdenciário e diretor do IBDP, Diego Monteiro Cherulli; e o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos.

A PEC 133/2019 deve ter a conclusão da votação em Plenário amanhã. Há quatro destaques pendentes.

Senadores repercutem fim de prisão em 2ª instância

Para senadores como Lasier Martins e Major Olimpio, o STF votou contra a vontade da população. Já Humberto Costa e Renan Calheiros disseram que o tribunal garantiu o cumprimento da Constituição

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal (STF) na quinta-feira, que derrubou a prisão após condenação em segunda instância, repercutiu entre os senadores. Por 6 votos a 5, os ministros retornaram ao entendimento de que um réu só pode cumprir pena depois que se esgotarem todos os recursos na Justiça. Com isso, poderão ser soltos presos como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros com condenações na operação Lava Jato.

O senador Lasier Martins (Podemos-RS) avaliou que a medida trouxe decepção e tristeza. Para ele, a decisão foi tomada pelos ministros como uma forma de agradecimento por suas indicações políticas para o cargo.

— A maioria vem de indicações do Collor, do Lula, da Dilma, do Temer, com quem eles têm compromissos. Então, não refletem a opinião e não têm a jurisprudência que os brasileiros querem para acabar com a corrupção.

Na terça-feira, Lasier e outros 42 senadores entregaram uma carta ao presidente do STF, pedindo a manutenção da prisão em segunda instância. E anunciaram a Dias Toffoli que, caso o tribunal derrubasse a medida, entrariam com uma



Humberto e Lasier têm opiniões distintas quanto à decisão do Supremo

proposta de emenda à Constituição para mudar a regra. Lasier explicou que, embora haja duas propostas prontas no Senado e na Câmara, os presidentes das duas Casas, Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, não agilizam a tramitação das PECs.

Decisão

Líder do PSL, Major Olimpio (SP) também protestou contra a medida, afirmando que a decisão afeta toda a população. “O STF votou contra o povo. Os ministros foram pró-bandidos e o povo paga a conta. Derrota para o Brasil”, escreveu o senador no Twitter.

O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO) disse que, mesmo saindo da prisão, o ex-presidente não pode ser candidato por estar enquadrado na Lei da Ficha Limpa.



Já Humberto Costa (PT-PE) comemorou a decisão, afirmando que o STF “é o grande intérprete da Constituição”. Para ele, com o resultado do julgamento, o Estado de direito voltou a se sentir representado no palco da democracia.

Renan Calheiros (MDB-AL) postou que o STF acertou. Para ele, é clara a regra de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado. “Prisão antes do fim dos recursos virou mecanismo político de tortura e pressão”, compartilhou o senador.

O voto decisivo pelo fim da prisão em segunda instância foi dado pelo presidente do STF, Dias Toffoli, com o placar empatado em 5 a 5. Após o julgamento, ele disse que deixou claro que o Congresso pode alterar esse dispositivo e definir o momento da prisão.

Girão manifesta “vergonha e indignação” com decisão do STF

Eduardo Girão (Podemos-CE) disse que sentiu “vergonha e indignação” com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu acabar a execução da pena de condenados em segunda instância.

— Claro que nós precisamos do Supremo para que tenhamos uma democracia forte, um país com harmonia entre Poderes. Agora, me causa náusea o STF que temos hoje.

Girão criticou também a falta de posição do governo federal, que segundo ele, se manteve calado diante da decisão do STF.



Garoldo Magela/Agência Senado

População registra perda de renda dos mais pobres, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) citou, na sexta-feira em Plenário, reportagem publicada pela BBC Brasil sobre a recessão no Brasil. Com base em dados da Fundação Getulio Vargas (FGV), a matéria aponta a perda de 17% na renda da metade mais pobre da população entre 2014 e 2019. Em sua opinião, são números preocupantes que evidenciam a perda do poder de compra da camada da sociedade menos favorecida.

— O Brasil é o país do mundo que tem a maior concentração de renda.



Garoldo Magela/Agência Senado

PEC que regulamenta pena será incluída na pauta de comissão

A presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), anunciou que vai incluir na pauta da próxima reunião da comissão a proposta de emenda à Constituição que altera a legislação sobre a prisão em segunda instância. A PEC 5/2019, do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), insere na Constituição a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

A PEC tem Juíza Selma (Podemos-MT) como relatora na CCJ. Em seu relatório, a senadora diz que a proposta é simples, definindo que a “decisão condenatória proferida por órgãos colegiados deve ser executada imediatamente, independentemente do cabimento de eventuais recursos”. Ela afirma que a PEC não viola qualquer cláusula pétrea. “O próprio STF já decidiu que a qualificação de uma norma como cláusula pétrea não significa que seja ela intocável: protege apenas seu núcleo essencial, seu âmago, sua essência (STF, Pleno, ADI 2.024/DF)”, explica a relatora.

Para Arolde de Oliveira (PSD-RJ) é preciso votar a proposta o quanto antes. “Teremos oportunidade de imediatamente dar uma resposta à nação brasileira e ao Supremo Tribunal Federal (STF)”, defendeu via Twitter.

O senador Lasier Martins (Podemos-RS), por meio de sua assessoria, anunciou que vai propor aos líderes do Senado favoráveis à PEC que se faça a obstrução total das votações na Casa até que seja aprovada a proposta na CCJ.

Também pelas redes sociais, Flávio Arns (Rede-PR) defendeu a prisão após condenação em segunda instância e conclamou o Congresso a resolver a questão.

— Se há lacunas na nossa Constituição, é preciso deixar claro que todo condenado em segunda instância passe a cumprir a pena imedia-

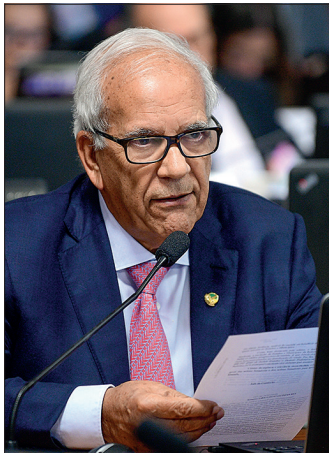
tamente. Agora, cabe ao Congresso promover essa mudança e acabar com a insegurança jurídica que o tema tem gerado. Combater a impunidade deve ser prioridade em nosso país.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que também apresentou um projeto de lei regulamentando o tema classificou a decisão do STF como “feita sob medida para os réus ricos e poderosos”. Segundo o senador, o projeto que apresentou resolve a questão da prisão em segunda instância por meio de uma alteração na lei, alinhada com o que o presidente do STF, Dias Toffoli, adotou no seu voto.

— Essa nova redação do artigo diz que a prisão poderá ser executada mediante uma decisão condenatória do colegiado da segunda instância — declarou.

Julgamento

Além do presidente do STF, Dias Toffoli, votaram pelo fim da execução antecipada de pena os ministros Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Defenderam a legalidade Edson Fachin, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a medida do Supremo, cerca de 4.900 réus podem deixar a cadeia. A decisão, no entanto, caberá ao juiz de cada caso.



Pedro França/Agência Senado

Proposta de Oriovisto prevê execução provisória da pena

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)